

ENTREVISTA COM GILBERTO GIL

Ministro da Cultura no período de 2003 a 2008

Entrevista realizada em 30 de março de 2009, Salvador, Bahia.

Entrevistadores:

Antonio ALBINO Canelas Rubim
Paulo MIGUEZ
GIULIANA Kauark
NAOMAR de Almeida¹

ALBINO: Montamos uma rede de pesquisadores em políticas culturais que tem gente do Ceará, do Rio, de São Paulo e nós aqui na Bahia. Nós nos juntamos e constituímos uma rede de pessoas que estuda políticas culturais, que é uma coisa nova, não há uma tradição no Brasil sobre isso. E nessa rede nós resolvemos fazer uma revista online, que tem um nome horroroso, chama-se “Políticas Culturais em Revista” (*risos*). Eu democraticamente fui derrotado. Aí ficou, o título é esse (*risos*).

MIGUEZ: Estão conosco, na rede e na revista, Isaura Botelho, Claudia Leitão, que você conhece.

GIL: Claudia, do Ceará.

ALBINO: Tem a Anita Simis, de São Paulo, o Alexandre Barbalho, também do Ceará. Não é uma rede muito grande, é uma rede relativamente pequena, mas nós fizemos a revista ampla. Tem um Conselho Editorial bem legal, com gente do Brasil e de fora, porque nós queremos que esse tema seja um tema discutido, então fizemos uma estrutura de revista online que tem sempre um dossiê previsto a cada número. O primeiro número teve um dossiê sobre conselhos de cultura, esse segundo número, um dossiê sobre Plano Nacional de Cultura, o próximo vai ser economia da cultura, vai variando. O dossiê são alguns artigos...

GIL: Um pouco seguindo o repertório do que vai sendo esboçado no mundo institucional, nas instituições públicas, privadas...

ALBINO: Claro, perfeito.

GIL: Enfim, o que vem surgindo por aí que seja, que faça jus ao nome de política.

ALBINO: E a ideia também não é a de ser uma revista só acadêmica. Claro, os acadêmicos estão participando, mas é uma revista também que discute o que está acontecendo no país ou fora do país, quer dizer, o Plano Nacional de Cultura era um tema importante, então fizemos uma série de artigos sobre o plano nacional. E temos também definido que em cada número haverá uma entrevista. O primeiro número foi

¹ Antonio Albino Canelas Rubim e Paulo Miguez, professores do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA, Giuliana Kauark, pesquisadora do Cult da UFBA e Naomar de Almeida, Reitor da UFBA.

com Ariano Suassuna, foi até a Claudia que fez, e definimos que para o segundo número seria uma entrevista com você. Então é isso um pouco a ideia da revista, mas essa rede faz outras atividades: estamos bolando um curso online e outras atividades de estudo, de pesquisa na área...

MIGUEZ: Nós temos um contato grande, especialmente com pesquisadores da América Latina.

ALBINO: Então nós queríamos que você fosse nosso entrevistado.

GIL: Pois não, pois não. Primeiro o que cabe numa especulação como essa – política cultural no país – é saber duas coisas: em primeiro lugar, o que é que o Estado já tem preparado – ou já está preparado – para propor um conjunto mínimo, propositivo, por parte do Estado. Ou seja, o que é que se tem feito? Qual a acumulação que se tem hoje em dia de alguma coisa que se possa chamar de política de cultura realizada pelo Estado? Em segundo lugar, qual a demanda? Quer dizer, o que é que a sociedade entende como política cultural, e, ao entender como política cultural, atribui a ela uma eficácia, uma importância, um papel? Acho que são essas duas coisas.

ALBINO: Na sua visão, qual tem sido historicamente a perspectiva do Estado brasileiro em relação à área da cultura? Como é que ele se moveu até agora desde que criou alguma relação com o campo cultural?

GIL: Bem ou mal, vem desde sempre, desde que a gente possa reconhecer o Estado como Estado no Brasil. Na fase do Império, especialmente no segundo Império, você teve a partir do próprio Imperador uma visão mínima de política cultural para o país, com uma série de iniciativas que visavam claramente estudar, dotar o Brasil enfim, de instituições que atendessem a demandas culturais. E depois, na República, ao longo de vários momentos, especialmente na fase de Getúlio Vargas e de Capanema, com Mario de Andrade e todo esse pessoal que veio contribuir para uma visão criando estatutos, estabelecendo relações normativas do Estado com a sociedade para as questões culturais, a questão do patrimônio, enfim, a instituição da visão do patrimônio nacional, e, mais recentemente, com a criação do Ministério da Cultura na instância federal, são momentos que se podem reconhecer como atendimento mínimo, atenção mínima do Estado a essa questão. A questão se é uma atenção satisfatória ou não, num nível adequado ou não... Aí também vem aquela outra parte, quer dizer, qual é a grande busca, qual é o grande pedido, o que é que a sociedade quer, qual é a grande exigência que ela já é capaz de fazer ao Estado?

MIGUEZ: Nós temos discutido muito sobre como é possível periodizar a questão das políticas culturais no Brasil, e compreendemos perfeitamente o que você estava falando há pouco, que no período do Império a própria figura do Imperador estimulou um conjunto de ações do campo cultural. Entretanto, temos insistido muito que, do ponto de vista de política cultural enquanto tal, num sentido mais acabado, você tem Getúlio como um marco fundador. E tem um detalhe nessa história. Quando nós fazemos a tentativa de pensar isso numa perspectiva histórica, três características têm marcado muito a política cultural no Brasil: ou não existe política cultural enquanto tal – tem ações, etc., mas não política cultural –; ou ela é muito instável; ou é marcada por uma perspectiva muito autoritária. O que observamos é que os dois grandes momentos em

que se teve uma política cultural, com planos, etc., etc., são na ditadura de Getúlio e durante a Ditadura Militar, e que, nos interregnos democráticos, coisas importantíssimas aconteceram, mas não, evidentemente, uma política de Estado para a cultura.

GIL: É. Mas aí, de novo, a coincidência pode ser esclarecedora no sentido de que essa visão, essa autoatribuição de papel pelo Estado é mais nítida quando o Estado é autocrático (*risos*) porque a dimensão auto, a dimensão de voltar-se para si, para a compreensão de suas responsabilidades, de compreender-se responsável por esse papel é uma coisa mais nítida no estado autocrático. Nas democracias é menos nítida.

MIGUEZ: Você inaugura no Brasil um momento interessante. Quer dizer, em um momento de democracia, o Ministério da Cultura, a área institucional da cultura, tendo como eixo que organiza a sua ação a ideia de política cultural, quer dizer, esse é o primeiro momento democrático...

GIL: Mas aí é que eu digo, talvez a gente caia na segunda parte do que eu falei...

MIGUEZ: A demanda da sociedade.

GIL: A demanda da sociedade, quer dizer, agora a sociedade está madura o suficientemente para dizer ao Estado que quer uma política, que há uma política a ser feita, que há um papel que a sociedade outorga ao Estado para que ele o faça, quer dizer, isso é uma consequência de um certo amadurecimento da democracia brasileira. E ela tem o quê? 20 anos.

MIGUEZ: De 1985 para cá são 23 anos.

GIL: 20 e poucos anos, 23. É agora que ela começa a sossegar, a ter condições de admitir-se em vigência mais plena. Portanto, capacita a sociedade à convocação do Estado, a convocar o Estado para representar, para dizer... No meu caso foi exatamente isso, eu fui lá para ser isso, ministro de Estado da Cultura num governo acintosamente democrático. Enfim, tínhamos que corresponder a isso. Demandamos, criamos a visão participativa da sociedade na concepção, na confecção das políticas, a ideia de programas, a ideia de sistema, a ideia de plano, todas essas coisas começam a fazer sentido. Antontem eu estava conversando com estudantes de economia de Stanford, e eles tinham tido na véspera uma conversa com Fernando Henrique Cardoso em São Paulo, e estiveram visitando aqui a Bahia. Foram no Terreiro de Candomblé, foram ao Pelourinho, vieram fazer uma imersão no Brasil, enfim. E eles estavam dizendo: “pois é, vocês aqui têm uma instituição cultural no Estado, coisa que nós não temos nos EUA”. E eu dizia: “é, nossa formação constitucional toda é... tributa um pouco mais o modelo europeu; nós temos um modelo brasileiro muito ligado ao modelo europeu: na Europa a instituição cultural tem uma presença forte na dimensão estatal”.

MIGUEZ: O primeiro Ministério que cuida disso vem da França.

GIL: É. Enfim, na Inglaterra, na Alemanha, na Itália, todos esses países têm instituições culturais, Ministérios de Cultura, às vezes mais de um. Na Itália tem três, um de patrimônio, outro cuida de artes, um terceiro... Na Inglaterra também. Na Inglaterra tem um novo agora que cuida das indústrias criativas, quer dizer, um deslocamento para um

redimensionamento do mundo cultural deles e do mundo cultural do mundo visto por eles.

ALBINO: Por que você aceitou ser ministro da Cultura nesse governo?

GIL: Eu só fui convidado nesse governo, né? (*risos*)

ALBINO: E se você fosse convidado em outro governo?

GIL: Talvez eu tivesse aceitado, não sei... (*risos*)

ALBINO: Mas o que o levou a dizer sim, qual a razão, o que o mobilizou?

GIL: Muitas coisas. Uma semana atrás eu encontrei o Gorbatchov em Washington, que foi o grande inspirador para eu me disponibilizar para a vida pública, a partir da ação, a partir do Estado para a vida política pública. E naquela época foi exatamente quando eu vim assumir a Secretaria [Fundação Cultural Gregório de Mattos, de Salvador]. Eu pedi para ser secretário, eu pedi a Mário Kertz para ser secretário de cultura do Município de Salvador. Eu disse: “não tem vaguinha aí, não? Não me bota para trabalhar com você, não?” (*risos*) E eu vim. Porque eu queria, achava que exatamente a *perestroika*, tudo aquilo que estava no plano ideal daquele desmonte, daquela reconstituição do Estado propriamente nacional, tentativa de reconstrução de um Estado minimamente democrático aos moldes de um modelo ocidental universal e tal; aquilo tudo me estimulava muito, a ideia de cidadania, enfim, a disposição de todos, todos com essa dimensão política a ser cultivada em cada indivíduo independente de seu talhe. E eu vim para a Bahia naquela época exatamente para isso. E agora, quando eu aceitei o convite do Lula, tenho a impressão de que era uma continuidade daquilo, daquele entendimento de que há uma possibilidade de trabalhar na dimensão da cidadania também a partir da operação política pelo Estado. E foi isso. Evidentemente, a percepção de que eu tinha conhecimento de uma série de questões sobre a cultura, as várias dimensões da cultura, que eram conhecimentos que poderiam ser úteis, contributivos a uma visão nova da cultura pelo Estado brasileiro foi isso que me levou a perceber que tinha uma coisa, uma discussão a ser feita e ações a serem desencadeadas a partir dessa discussão. Foi exatamente o que eu fiz no Ministério: propus discutir a questão cultural no Brasil, essa discussão sendo estimulada por alguns, por algumas propostas de ação que estavam ali, no início até mais para provocar a discussão do que para se estabelecerem como ações perenes; estavam ali como uma dimensão experimental: Pontos de Cultura, as ações do campo da diversidade cultural, a extensão do conceito de patrimônio material para patrimônio imaterial, todas essas coisas estavam e estão ainda em plano bastante experimental no Brasil e no mundo. São visões, concepções, leituras da vida cultural muito recentes, muito novas, provocadas pela complexidade da globalização, pelo aperto, pela ameaça ao conceito da identidade, esse risco muito alto com a alta alavancagem (*risos*) da vida contemporânea pondo em risco todas essas coisas, a demanda por uma ecologia dos saberes, dos pensares, como diz o professor Boaventura [de Souza Santos], essa necessidade de uma visão holística. Quer dizer, todas essas coisas eram fragmentos de conhecimento que eu tinha, de informação de conhecimento e de adesão – também aí um pouco no plano ideológico, um pouco de ideologia, também nesse sentido, filosofia, conhecimento e ideologia que me levaram a dizer: “bom, eu posso tentar contribuir, fazer alguma coisa, chamar o pessoal, convocar,

chamar o País para discutir, chamar aliados internacionais, aliados no mundo para virem...” e foi isso, e foi assim na verdade, meu Ministério foi isso e não mais do que isso.

ALBINO: Claro que são experiências muito distintas em termo de níveis, quer dizer, a experiência daqui de Salvador e a experiência do Ministério. Uma é micro, a outra é macro. Mas como é que para você elas se relacionam? Você acha que uma coisa ajudou na outra? O que é diferente entre uma experiência e outra?

GIL: Olha, aqui você tem a coisa local, o mapa reduzido da vida cultural, o microcosmos cultural da cidade de Salvador, enfim, seu entorno. Mas no caso de Salvador, com uma capacidade extraordinária de projetar esse mapa para o plano brasileiro, para o plano nacional, a cidade matriz, quer dizer, com várias matrizes daquilo que é a vida cultural brasileira, nos vários campos da expressão, da expressividade brasileira nas artes, nas ciências sociais, nas expressões populares, nos costumes, nos *mores* (*risos*), em todas essas coisas. A Bahia, a experiência que se tinha aqui, para citar um único exemplo, as grandes contribuições negras, afro-brasileiras para a vida cultural da cidade, para citar dentro disso também o candomblé. Só o candomblé tem uma importância tão grande para formação da alma brasileira, para além da Bahia. A capoeira foi um dos grandes inspiradores da experimentação na confecção de política pública lá no Ministério com um trabalho que a gente fez para capoeira, um trabalho nacional e internacional da capoeira, enfim, uma matriz baiana. O candomblé é outra matriz baiana, enfim... Essas coisas todas. Então eu acho que havia uma... no caso, ou em outros casos também, se fosse em Minas também, no Rio de Janeiro também, em Pernambuco também, você teria experiências locais muito ilustrativas e muito estimulantes em relação à expansão para o plano nacional, e aqui no caso da Bahia, sem dúvida, uma matriz das mais reconhecidas do complexo brasileiro todo. Então foi isso, ajudou muito, muito na visão de política pública, com que material trabalhar políticas públicas, que públicos são esses, muito disso vimos aqui. Salvador ajudou a mostrar, a ilustrar a cultura da classe média em relação à cultura popular, o nível de incorporação e absorção dessas culturas pelas elites, tudo isso era exemplar para ações do plano nacional também.

MIGUEZ: Quando você chega ao Ministério, o que você consegue compreender como os principais desafios que tinha que enfrentar para avançar nessa direção?

GIL: O primeiro deles é a questão dos recursos: recursos materiais, recursos humanos. Produzir política pública numa sociedade que vinha alavancando fortemente uma visão neoliberal das suas responsabilidades sociais é uma coisa que demanda muita vontade, um certo voluntarismo do Estado no sentido de atender à porção desatendida, a porção não atendida, e evidentemente isso demanda recursos específicos: verbas, aplicação de recursos em projetos, em programas para atendimento dessa área desatendida. E evidentemente nos defrontávamos logo com esse principal problema, um orçamento encolhidíssimo, minúsculo, uma capacidade de interatividade no plano do Governo, a intragovernabilidade, as relações do Ministério da Cultura e os outros Ministérios muito dificultada, um Ministério desprestigiado, pouca noção de imbricamento entre cultura e desenvolvimento, de desenvolvimento e cultura que pudesse, caso existisse, fazer com que outros Ministérios, como o da Fazenda, do Planejamento, das Comunicações, da Ciência e Tecnologia e tal, viessem a trabalhar um pouco mais compartilhadamente,

associativamente conosco. Recursos materiais, recursos políticos e recursos humanos eram três carências muito grandes.

MIGUEZ: Dificuldade de quadros, estrutura organizacional, ...

GIL: É isso que eu chamo de recursos humanos. Se você tem uma abundância de quadros qualificados, você tem como consequência natural uma capacidade de melhor estruturação, porque isso já é inerente à própria, à essa qualificação do material humano, enfim, as instituições todas, a instituição do patrimônio, o IPHAN, a instituição que cuida do patrimônio no Brasil totalmente desaparelhada, desqualificada, pauperizada nesse sentido, com quadros técnicos absolutamente desmotivados, não reconhecidos, não prestigiados nas suas capacidades, não retribuídos, não remunerados, enfim, tudo isso. E por aí vai, a mesma coisa na FUNARTE, que encontramos meio debaixo de escombros por conta do desmonte que foi feito pela criação das outras Secretarias, sombreamentos, enfim, territorialidades, coincidência de atribuições de territórios e tal, isso tudo advindo da própria debilidade do quadro do funcionalismo.

ALBINO: E a formação da equipe inicial, Gil, como é que foi a formação da equipe? Foi fácil formar? Como é que foi a escolha dos auxiliares, dos secretários?

GIL: Eu me vali de conhecimentos, aproximações com pessoas sensíveis à questão, experiências que já vinham sendo feitas anteriormente. Roberto Pinho, por exemplo, tinha trabalhado comigo aqui no governo de Mário Kertz, compartilhávamos uma visão do que seja gestão cultural, do que fazer, a quem prestar atenção, a quem dar atenção e tal. Juca também já vinha trabalhando comigo na dimensão cultural daqui de Salvador, nas várias questões relativas à cultura, nas interfaces entre cultura e ecologia, cultura e meio ambiente, aqui e no Brasil. Houve também sugestões feitas por outras áreas do Governo, pela própria Presidência, pela Casa Civil, alguns dos secretários, pelo menos três dos secretários vieram de indicações. Mas na verdade indicações que estavam dentro de um conjunto de nomes conhecidos, observáveis, confiáveis e tal. E fomos formando a equipe assim. Roberto trouxe mais um, Juca trouxe mais dois, três... As Secretarias foram sendo montadas... Foi se fazendo, tentando obedecer mais à regra do pluralismo do que à tendência “aparelhizante” (*risos*) que marca governos em fase inicial de instalação, enfim, foi assim. Nós fizemos um Ministério que tinha uma certa autonomia nesse sentido, era constituído livremente. Contamos muito para isso com a força do presidente, que queria um Ministério com essas características, tanto que ele me deu todos os poderes para instalar o Ministério da maneira que fosse interessante, viável.

ALBINO: O que era mais sensível para a cultura, o presidente ou o Governo?

GIL: O presidente, sem dúvida. Em geral, ele é mais sensível para todas as questões de políticas públicas do que o próprio conjunto do Governo. E isso é uma tônica mundial. Em geral, com algumas exceções, os mandatários, os governantes, em muitos casos – não todos – eles estão além, diante das máquinas administrativas.

MIGUEZ: E dentro do governo, o que você sentia como grande dificuldade? Você já falou no início daquela coisa, da própria compreensão da importância ou da “desimportância” de como era tratado o Ministério.

GIL: Essa era a principal questão. E aí, evidentemente, quando o Ministério esboçava a sua visão autônoma e a tradução dessa visão em ações que demandavam a colaboração, a cooperação, a parceria com outros Ministérios do Governo, às vezes nós tínhamos reações difíceis, como no caso com os Pontos de Cultura que precisávamos para estender a rede de comunicação de acesso à internet, precisávamos de um vasto programa de antenas que já era viável porque já havia um programa nessa direção no Ministério das Comunicações, e a burocracia, e a falta de uma determinação mais nítida do Ministério das Comunicações de adotar uma parceria conosco, isso fez com que as coisas quase não se fizessem. No momento em que precisamos das bolsas para os Pontos de Cultura (e nós fomos buscar essa parceria com o Ministério do Trabalho, que eram bolsas para cursos de capacitação e formação nas ações, nas atividades dos Pontos de Cultura) a coisa não andou, emperrou, ficou difícil com o Ministério do Trabalho.

MIGUEZ: Quando precisava de grana para o orçamento...

GIL: Na hora da questão de precisar de recurso para o orçamento, as conversas com o Ministério da Fazenda e do Planejamento, especialmente com o Ministério do Planejamento, eram muito difíceis, muuuito difíceis, quase que impossíveis.

ALBINO: E não ter chegado a 1% da cultura, você atribui a quem não ter chegado?

GIL: Quem, quem, quem era? Não posso saber... (*risos*) quem nos dava a palavra final era o Ministério do Planejamento. Agora, quem chegava a essa palavra final junto com o Planejamento, evidentemente era a Fazenda, Casa Civil, e por último a própria Presidência da República, claro, também. Mas, em muitos casos... uma vez eu tive que dizer aos grevistas do Ministério da Cultura, que estavam em greve por salário, plano de carreira, por uma série de coisas, enfim, e voltando às reuniões frequentes com eles e tal, a cada reunião nós dizíamos: “o presidente está ciente, já pediu que se fizesse e tal”... “mas por quê não foi feito?” E eu disse: “porque o presidente preside, mas não manda” (*risos*). O presidente manda em regime autocrático, autoritário. Em regime democrático o presidente não manda, pede, propõe.

ALBINO: Quais foram os Ministérios ou que setores do governo o MinC conseguiu trabalhar melhor ou desenvolver projetos em comum? Você estava falando um pouco das dificuldades, mas quais foram os Ministérios com que deu para desenvolver uma relação boa?

GIL: Com os Ministérios que tinham algo mais em comum para realizar conosco. Ciência e Tecnologia, através de vários programas, através daquela unidade que eles tem para financiamentos, a FINEP, através daquela outra entidade que assinou convênios com os Pontos de Cultura para programas comuns, enfim, para repasses para pesquisa... não é o CNPq não... Esqueço agora o nome. Com o Itamaraty nós tivemos uma relação muito interessante porque tínhamos interesses comuns importantes nos fóruns internacionais, no âmbito da UNESCO, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, no âmbito da UNCTAD, no âmbito das relações bilaterais do Brasil com vários países, no âmbito dos entes regionais tipo o Mercosul, tipo CPLP. Portanto o Itamaraty tinha conosco uma relação muito próxima. Nós nos ajudamos mutuamente em muitos casos. No caso das propostas... Algumas, enfim, não chegaram propriamente a se efetivar, como com a UNCTAD, mas pelo menos a questão de

discussões interessantes para a criação de uma entidade internacional de indústrias criativas; no caso da UNESCO, para adoção da Convenção da Diversidade Cultural, em que os dois – Itamaraty e Ministério da Cultura – trabalharam a todo vapor junto com países-chave, países parceiros chave, como França, Canadá, especialmente esses dois, depois, em seguida a Espanha e alguns outros. A parceria MinC e Ministério das Relações Exteriores foi fundamental. Com a Casa Civil, era evidentemente um diálogo essencial que se mantivesse em nível salutar, em nível razoável o tempo todo, especialmente no que dizia respeito a reformas, projetos de lei que precisavam ser feitos, a criação dos fundos especiais que foram sendo criados, a ampliação do fundo do audiovisual, a efetiva participação do Ministério da Cultura na questão do Plano Nacional de Cultura, a saída da Ancine [da Casa Civil], a vinda da Ancine para o Ministério da Cultura, a criação de instrumentos de fortalecimento da Ancine, a ativação da Lei Rouanet, de áreas mortas da Lei Rouanet que precisavam ser ativadas, a própria reforma da Lei Rouanet que agora começa a se ativar. Para isso a parceria com a Casa Civil era fundamental, para o encaminhamento correto da questão política com o Congresso. Várias ações precisavam da parceria com a Casa Civil, especialmente quando elas tinham uma dimensão política, de negociação política mais ampla, especialmente com o Congresso. Nesses momentos a ação dela, era fundamental, o apoio da Casa Civil e a direção, o horizonte adotado, a meta adotada pelo Ministério e o acompanhamento efetivo no dia-a-dia com suporte, com respaldo.

ALBINO: E a Educação e a Comunicação?

GIL: Educação tivemos no primeiro... Demorou um pouquinho para a gente... O Ministério da Educação é um ministério muito grande e eu acho que é uma tendência natural, especialmente numa sociedade, num país em que a cultura sempre esteve sob a tutela institucional da educação - os Ministérios eram conjuntos - e essa atribuição sempre foi mesmo, tenho a impressão, dada ao Ministério da Educação. A sociedade brasileira é ainda muito associada a fases da modernidade tardia, em que o Estado e o arcabouço institucional do Estado estavam muito, tributavam muito, um modelo europeu, e a Educação sempre foi um pouco disso. Esteve sempre ali um pouco afastada, não sentia muita necessidade de dialogar com o Ministério da Cultura, tinha sua própria agenda, tinha suas pautas, tinha suas coisas comuns, quer dizer, fazia política de livro, por exemplo. Política de livro e leitura que é uma atribuição nossa, do Ministério da Cultura, quer dizer, o Ministério da Educação tendia, por uma questão de, eu diria de hábito mesmo, e de inércia, um movimento inercial, a ficar com a sua própria visão dessas políticas com muita dificuldade de afinar, de se aproximar nos primeiros dois anos, a partir do terceiro ano é que nós começamos a criar uma agenda mais comum, especialmente depois da vinda de Haddad, ministro Haddad, que chegou com uma visão mais jovem, mais contemporânea da questão da educação, com uma crítica ao modelo educacional um pouco mais efetiva, querendo deslocar a visão da educação daquele panorama, daquele modelo anacrônico, daquela visão tradicionalista de sala de aula, etc., etc. Quer dizer, com esse deslocamento, quer dizer, da visão da educação como algo muito maior, para além da sala de aula, para além dos currículos escolares, etc., etc., aí houve uma sensibilização maior do Ministério da Educação para vir construir uma pauta comum. Nós chegamos a construir uma pauta que tinha 13, 14 pontos comuns. Enfim, aos poucos, agora, ao longo da gestão de Juca e do prosseguimento da gestão de Haddad eles estão se ajustando melhor. Com os Pontos de Cultura houve

aproximação de possibilidades de programas comuns... Coisas da cultura desembocando na educação, coisas da educação desembocando na cultura. Apesar dessa dificuldade inicial por essa acomodação inercial do tradicionalismo do Ministério da Educação, ao longo dos anos e com tendência crescente há uma aproximação maior das duas pautas – da Educação e da Cultura. Com a Comunicação foi sempre muito difícil porque eu acho que não percebi em nenhum momento um maior entusiasmo da gestão do Ministério das Comunicações com a pauta cultural, com a pauta que nós pudéssemos apresentar para além do que eles já conseguiam perceber como função cultural das comunicações. Então, é um Ministério que estava muito assentado, e ainda hoje está assentado numa visão funcional dos meios de comunicação que temos hoje no país. Enfim, que estão sob a gestão, pelo menos a observação institucional e a gestão deles. Todo deslocamento que propúnhamos para a democratização das comunicações, rádios comunitárias, televisão pública, Tvs comunitárias, todas essas coisas, não me pareceu que tenham realmente entusiasmado o Ministério das Comunicações, pelo contrário, as coisas ficaram muito...

MIGUEZ: Em alguns casos acho que foi publicamente perceptível que havia duas visões em relação a todas essas coisas. Não foi só falta de entusiasmo deles, a posição mesmo, era uma posição mais travada.

GIL: Sim, mas a falta de entusiasmo (*risos*)... Se você tem algum entusiasmo já demonstra tudo, eu estou falando dos atos... Nos entreatos ficava clara a falta de entusiasmo.

MIGUEZ: E com a sociedade? Qual a grande dificuldade? Por exemplo, a ideia que muitos setores artísticos tinham de que o Ministério era o ministério dos artistas, enfim, do ponto de vista da sociedade, que você colocou no início, que era uma dimensão importante.

GIL: Porque de novo vem de uma herança, é uma visão que a sociedade herda do histórico da atuação da cultura, da instituição cultural no país, uma instituição que ficou tradicionalmente relegada a dois campos de atuação: o patrimônio e as artes. E patrimônio material, basicamente os centros históricos, os monumentos, a herança arquitetônica da colônia, as obras importantes da modernidade. Patrimônio imaterial quase nada, até porque não havia respaldo internacional, não havia uma força institucional internacional até que o [Kushiro] Matsura, ainda dirigindo a UNESCO [Diretor-Geral da UNESCO entre 1999 e 2009] atualmente, pelo trabalho importante que tinha feito no Japão nesse campo do patrimônio imaterial, fez um deslocamento importante para a UNESCO, criou a Convenção do Patrimônio Imaterial na UNESCO e com isso distribuiu para o mundo inteiro uma perspectiva. Então, a visão que a sociedade tinha do papel do Ministério da Cultura era muito restrita a isso: patrimônios, cidades históricas – Salvador, Ouro Preto, Olinda, Parati. Os intercâmbios internacionais, os fóruns internacionais nessa área para discussão sobre a questão teórica, o avanço da compreensão sobre a questão do patrimônio, enfim, o deslocamento básico que fizemos nesse campo e que a sociedade acabou entendendo e acompanhando porque tinha setores deprimidos, ou seja, ressentidos dessa falta de densidade institucional para apoiar suas demandas, quer dizer, os setores populares brasileiros que respondem basicamente pelo patrimônio imaterial; quer dizer, a grande presença deles não é “pedra e cal”, não é construção, não é nada, é construção simbólica, é festa, é

literatura de cordel, é a capoeira, são as várias manifestações indígenas, são os mitos indígenas, são todas essas coisas, e isso tudo teve uma... Já havia começado na gestão anterior exatamente pelo estímulo vindo da Convenção do Matsura. Gosto de chamar de Convenção do Matsura porque foi ele, por causa do Teatro Nou, da coisa japonesa, ele tinha formado, batalhado pela questão do patrimônio imaterial no Japão com muita propriedade e tinha conseguido conquistas muito interessantes. E ele trouxe isso tudo para a UNESCO, e instituiu essa questão mesmo para o mundo, e alguns países abraçaram isso com muito entusiasmo: o Brasil foi um deles. Isso, portanto, tinha nos setores populares uma repercussão muito grande, coisas que iam desde o reconhecimento da pintura dos índios Aiempi até o registro do frevo, do samba de roda. O samba de roda conseguiu o registro de patrimônio da humanidade, foi o único patrimônio imaterial das Américas até agora reconhecido como patrimônio da humanidade, o samba de roda do Recôncavo Baiano. É um feito extraordinário, marcante, histórico, demarca um antes e depois na questão do patrimônio imaterial para as Américas, efetivamente para o Brasil. Então essa percepção de fazer, provocar esse deslocamento na sociedade para perceber novidades, ampliações, extensões da dimensão cultural foi uma batalha. Os Pontos de Cultura foram outra coisa, os setores populares imediatamente se viram mobilizados e reconhecidos porque compreenderam imediatamente que ali estava uma convocação ao protagonismo: venham fazer suas coisas, venham agir, venham vocalizar a sua expressividade, venham instrumentalizar a sua capacidade de se manifestar, venham fazer coisas, venham dizer, venham usar as novas tecnologias, venham para a internet, venham usar os computadores, venham usar a banda larga, venham usar a conectividade contemporânea, venham fazer essas coisas todas. E responderam de imediato. E a sociedade a reboque foi levada a compreender, os setores da crítica, os setores da crônica política cultural, da análise da vida cultural brasileira também responderam muito positivamente a isso, então houve, digamos assim, um deslocamento uníssono: governo, sociedade e formação de opinião nacional. Eu diria que o principal deslocamento que conseguimos fazer na sociedade foram dois, eu diria. Primeiro a sociedade compreendeu a necessidade de mais recursos para a área cultural, quer dizer, tivemos apoio de estudantes do país inteiro, dos fóruns municipais e de secretários de cultura, do Fórum Nacional dos Secretários de Cultura dos Estados, apoio muito grande, UNE e etc., etc., todo mundo apoiando a questão de mais verbas para o Ministério da Cultura. Depois, a compreensão do chamamento para esse deslocamento, essa ampliação da visão da cultura, a questão da diversidade cultural, a questão das indústrias criativas, dos processos criativos novos para além do contexto do industrialismo, daquilo que já está sob o manto do industrialismo, quer dizer, o autoempreendedorismo das pequenas comunidades, dos pequenos coletivos dos indivíduos, e tudo isso. Aí veio outra discussão acoplada a isso que foi a discussão da propriedade intelectual nos dois níveis: nos níveis das patentes e da necessidade urgente de liberação, de nos livrarmos desse sistema rígido, eu diria, quase que medieval de propriedade intelectual nessa área industrial por causa de tudo, por causa do desenvolvimento tecnológico, a questão do *software*, a necessidade do compartilhamento como elemento fundamental para o desenvolvimento e para o avanço do conhecimento científico-tecnológico, portanto a produção de novas ferramentas e tal, etc.; e a propriedade intelectual do ponto de vista do direito autoral. **[NESTE PONTO A FITA ACABA E HÁ UMA PEQUENA PERDA DA FALA.]** (...) nisso [várias iniciativas internacionais de flexibilização de propriedade intelectual] fomos apoiados por alguns organismos internacionais, como a UNCTAD em nítido confronto com a

OMC e com a OMPI, com as duas, a Organização Mundial do Comércio e com a OMPI [Organização Mundial da Propriedade Intelectual], ambas resistentes a esse deslocamento. Enfim, o papel do Ministério da Cultura foi fundamental para um reposicionamento dessas forças no plano internacional. Tanto é que ainda vem o resultado; os ecos dessa atuação do Ministério da Cultura ainda estão por aí, repercutindo por aí, numa acessibilidade muito grande que setores americanos, setores europeus, setores asiáticos, africanos e sul americanos...

ALBINO: E brasileiros...

GIL: ... E brasileiros, nem se fala, eu estou falando... E brasileiros também, sem dúvida. Então eu acho que foram áreas assim que a gente conseguiu que a mentalidade, para usar uma palavra (*risos*), a mentalidade brasileira viesse, a mentalidade da nação viesse junto e se deslocasse conosco, fizesse esse deslocamento conosco e junto com as novas parcerias internacionais.

MIGUEZ: Gil, mas nesse plano internacional acho que uma das grandes vitórias produzidas pelo Ministério foi a costura da Convenção [da Diversidade Cultural].

GIL: Sim, sem dúvida, eu não entrei em detalhes, mas... (*risos*)

MIGUEZ: É... E seu capital simbólico foi uma coisa muito importante...

GIL: Ah, mas, sem dúvida. O ministro-artista tinha um papel incrível nessa história toda. Não há dúvida, hoje tenho distanciamento suficiente para dizer isso com a maior isenção. Ah, sem dúvida, ainda hoje todo mundo fala disso. Na França, o presidente Chirac, brincando, mas evidentemente expressando uma compreensão através da brincadeira, quando nós tivemos uma reunião ministerial com o presidente Lula, ele e vários ministros brasileiros e vários ministros franceses, naquela visita que o presidente Lula fez à França, o presidente Chirac virou para ele e disse assim “se você não quiser mais o Gil lá como ministro da Cultura, mande para mim” (*risos*), numa nítida observação sobre a importância que ele via em produzir num Estado, no caso no Estado brasileiro, produzir uma associação entre uma matriz da sua gestão, da sua matriz gerencial, com um ícone da matriz cultural da nação, enfim, ele disse assim brincando, mas dizendo claramente, “eu entendi por que foi que você [Lula] quer um ministro desse tipo...” (*risos*) “no seu Ministério da Cultura”.

MIGUEZ: Ainda no plano internacional, por exemplo, a África passou a ter uma...

GIL: Ah, sem dúvida...

MIGUEZ: ...uma importância para o campo cultural brasileiro via Ministério muito...

GIL: Ah sem dúvida, sem dúvida. E aí de novo o Itamaraty, por que já era mais um ciclo entre outros ciclos em que o Brasil se voltou para África. Época do Gibson [Mário Gibson Barbosa, ministro das Relações Exteriores do governo do General Médici, 1969-1974], outras épocas em que o Brasil nitidamente fez um gesto, fez o movimento de atenção, de incremento da atenção à África, e esse foi um deles, esse ciclo sem dúvida por parte da gestão do Celso Amorim, como é o nome dele? O número dois de lá?

ALBINO: Samuel [Pinheiro Guimarães, secretário-executivo do Itamaraty].

GIL: O Samuel, e do nosso Ministério da Cultura que, enfim...

MIGUEZ: E a CPLP?

GIL: CPLP, os países de língua portuguesa, África do Sul, Senegal, a Franja do Magreb, Marrocos, Tunísia. Com todos esses países nós estabelecemos atualização de programas comuns, de protocolos na área cultural, de programas específicos de ajuda, de troca, de intercâmbio, enfim, com Angola, com Moçambique, com Senegal, com todos esses países. Até por que cresceu muito a compreensão na África do papel do Brasil em relação a ela...

ALBINO: Então, Gil, antes de retornar a discussão da diversidade, queria fazer uma outra pergunta. Voltando àquela questão das relações, como é que foi a relação do Ministério da Cultura com o Congresso, com os políticos?

GIL: Boa.

ALBINO: Há sensibilidade dos políticos?

GIL: Boa, muito boa. Eles criaram, só para exemplificar, duas frentes, tanto na Câmara como no Senado, Frente Parlamentar da Cultura. Na Câmara, com mais de 300 deputados, no Senado com pelo menos 20, 30 senadores. E o tempo todo entusiasmados, solicitando frequentemente a presença do Ministério nas Casas para depoimentos, esclarecimentos, para apresentação de programas, projetos, enfim, ajudando em tudo. Só não tivemos dois ou três casos de necessidade de aprovação de lei...

MIGUEZ: É, pouca coisa.

GIL: É, pouca coisa, agora é que... daqui para a frente...

MIGUEZ: Com a Lei [Rouanet] agora...

GIL: É, daqui para frente, com a Lei, é que vai ter...

MIGUEZ: Tivemos duas audiências da Comissão de Educação e Cultura [uma na Câmara, outra no Senado] mais concorridas da história legislativa.

GIL: Exatamente.

MIGUEZ: Das 10 às 16h.

GIL: É, com explicações amplas sobre políticas. Quer dizer, houve uma educação, um robustecimento muito nítido da pedagogia para o Congresso, da pedagogia cultural para o Congresso. O Congresso aprendeu muito. Os parlamentares do Maranhão, da região Amazônica, do Rio Grande do Sul, do Ceará, do Nordeste, de todos os lugares, aprenderam muito em seguir o Ministério nessa questão da valorização da dimensão cultural como uma dimensão que é fundamental para o desenvolvimento. A Comissão

de Educação e Cultura teve um papel muito grande. Mas a cultura teve tal relevância na coisa toda, enfim, na disposição toda das energias deles ali, que estão propondo a criação de uma comissão de cultura, específica de cultura, que eu até no primeiro momento, particularmente, não quis estimular demasiadamente, entusiasticamente, para não parecer, não polido, não educado com o pessoal da Educação, que acolhe muito bem a parte da cultura ali na Comissão. Mas isso para você ter ideia da importância que a cultura ganhou ali. Muito, muito interessante o diálogo. Na questão do Plano Nacional de Cultura, eles se esforçaram muito, entregaram ao Ministério toda a tarefa de promover a discussão pública, a discussão nacional, de fazer os seminários, de trazer a sociedade para participar, criar a dimensão da criação conjunta, participativa do Plano de Cultura, enfim, que também... vai ser aprovado esse ano. Muito boas as relações, eu repito muito boas as relações do Ministério.

ALBINO: Suprapartidariamente.

GIL: Suprapartidariamente, completamente acima das questões partidárias. E aí, e também de novo, a própria figura do ministro facilitava isso. Era uma figura bem acolhida, o que facilitava e estimulava o diálogo.

ALBINO: A gente pode voltar um pouco à questão da diversidade

GIL: É porque eu passei por ela, exemplificando áreas importantes de atuação, mas não detalhei. Vocês querem que eu detalhe?

MIGUEZ: Qual era a grande dificuldade das negociações?

GIL: Primeiro, Estados Unidos.

MIGUEZ: ...que antecederam...

GIL: Você fala...

MIGUEZ: Que antecederam a Convenção mesmo, os momentos iniciais...

GIL: À adoção da Convenção?

MIGUEZ: É.

GIL: Eles tinham aprovado há quatro, cinco anos atrás a Declaração [Universal da Diversidade Cultural, aprovada pela UNESCO em 2002], já ali com a cisão muito clara, omissão muito nítida dos Estados Unidos e alguns aliados. De lá para cá, o Canadá assumiu uma postura muito vigorosa, tomou a bandeira da coisa nas mãos, criou a Rede de ministros da Cultura. Rede Internacional de ministros da Cultura, que passou a ter um aporte paralelo fundamental de insumos, de recursos de *insights*, de reflexão, de vontade política, de articulação nas bases nacionais todas, primeiro no Canadá, propriamente, e depois nos países todos, porque a Rede acabou... Quando eu saí do Ministério estava com 70 e tantos ministros de Cultura já fazendo parte. Vários da Europa, vários da África, vários da América do Sul, Estados Unidos inclusive, enfim, uma rede extensa e que batalhou fortemente, articulou de maneira muito hábil, especialmente com países fundamentais da Europa, como a Espanha, a Inglaterra, que a

princípio eram reticentes, Alemanha, enfim, Áustria, que acabaram se tornando já nos instantes finais da batalha política, parceiros, aliados importantíssimos para aprovação da Convenção. O Brasil teve um papel... Nesse momento aí, que o Canadá precisou encontrar alguém que levasse as cópias da bandeira para os lugares, o Brasil fez um trabalho excepcional com os países africanos, com os países sul-americanos, com o México, no âmbito da instituição Pan-Americana de Cultura, no âmbito do Mercosul. Enfim, o Itamaraty aí também arregaçou as mangas junto conosco, foi um momento assim... É uma das grandes vitórias dessa nova aliança por uma visão cultural mais aberta, mais ampla. É um grande momento, uma vitória, talvez a maior nesse...

MIGUEZ: Dois votos contra e quatro abstenções.

GIL: 150 países a favor.

NAOMAR: Esse momento, a era Obama, pós crise, deve ampliar mais ainda essa visão.

GIL: Eu acho que sim, sem dúvida. A presença de países árabes vai ser cada vez mais intensa, tenho a impressão que a franja mediterrânea, Itália, Espanha, Portugal, Grécia, França, vão se mobilizar também, um pouco mais nesse sentido de uma absorção da diversidade cultural africana até porque eles têm necessidades por outras dimensões político-econômicas; eles têm necessidades dessa reconsideração do papel das culturas, especialmente ali do Norte da África, que diz respeito ao Mediterrâneo... A questão Ibérica é muito importante. A língua espanhola é uma língua com presença muito grande. Aqui nas Américas, então, é avassaladora. A Espanha tem acompanhado com cuidado esse deslocamento para essa compreensão multicultural, enfim, do papel do internacionalismo nisso aí. Acho que aí os próprios Estados Unidos. O Obama é, evidentemente, os gestos todos dele, o discurso dele todo, é num sentido de um pluralismo mais acentuado, quer dizer, por consciência, por compreensão e por imposição da realidade... A visão hegemônica dos Estados Unidos, enfim, vai ter que ser posta de lado; eles vão ter que rever Bretton Woods, vão ter que rever o Conselho de Segurança da ONU, vão ter que rever o FMI, vão ter que rever a moeda, o papel da moeda no mundo e, evidentemente, a reboque de tudo isso, a questão cultural, a questão do mandarim. (*risos*)

ALBINO: E quando você chegou ao Ministério, qual era a posição do Brasil? Como mudou essa posição, em que sentido mudou em relação à questão da diversidade? Como é que o Brasil estava se colocando antes?

GIL: O Brasil estava acanhado ainda, afastado, porque não estava, enfim, não tinha disposto de estrutura mínima, desenhada e criada, constituída para trabalhar nessa área. Tinha feito um pequeno trabalho na área do patrimônio imaterial, quando da adoção da Declaração [A Declaração Universal da Diversidade Cultural foi aprovada pela UNESCO em 2002]. O trabalho para ela tinha sido feito todo no período final do governo anterior [Governo FHC], e já havia... me esqueço do nome dela, agora, aquela... Grande figura, aquela senhora...

MIGUEZ: Cecília Londres?

GIL: Cecília, que era interessadíssima, tinha feito esse trabalho todo no governo anterior, na área do patrimônio imaterial e enfim, tinha trazido esse entusiasmo para nossa gestão. Mas a Convenção da Diversidade propriamente ainda não. Foi a partir de 2003 que o Ministério se engajou e o Itamaraty também com as duas novas gestões. Aí enfim, veio, como eu já narrei, a associação com o Canadá e a Rede Internacional, o trabalho com os países africanos, o trabalho com os países do Mediterrâneo enfim, que acabou gerando a...

ALBINO: Você acha que o Brasil teve um papel fundamental nisso?

GIL: Com certeza, eu acabei... eu estou falando disso, estou dizendo. O Brasil, especialmente os dois Ministérios, o da Cultura e das Relações Exteriores, os ministros pessoalmente envolvidos. Eu viajei muito... Estava nos momentos cruciais, nas reuniões-chave da Convenção, eu estava inclusive no momento da aprovação, e foi um trabalho reconhecidamente importante. Se você vai a qualquer desses países e pergunta “e aí, como foi o Brasil? Como atuou o Brasil na questão da Convenção da Diversidade Cultural?”, todos vão dizer. A UNESCO, muitos dos grandes agentes internos, os funcionários da UNESCO encarregados de trabalhar a Convenção, teciam elogios muito abertos, muito claros, à atuação do Brasil. Foi uma atuação, eu diria mesmo, fundamental. Não sei se a Convenção teria sido aprovada sem o trabalho que nós ajudamos a fazer

MIGUEZ: Com certeza. Interessante o que você está dizendo do suporte do Itamaraty. O Itamaraty foi fundamental, mas a compreensão de que o que estava sendo elaborado no Ministério da Cultura era o eixo correto foi tal que o Dayrell de Lima [diplomata brasileiro, Chefe da Missão Diplomática do Brasil junto à UNESCO durante o processo de negociação da Convenção da Diversidade], disse, “vocês comandam, eu vou fazer aquilo que o diplomata tem que fazer, mas quem escreve, quem fala... e eu não dou nenhuma entrevista, não digo nada sem ouvir o Ministério da Cultura”.

GIL: É...

MIGUEZ: O que é incomum do Itamaraty, que é muito cioso da sua condição de representante, enfim, de órgão oficial do Governo Brasileiro, fora do Brasil.

GIL: É. Nesse caso eles se alinharam completamente a uma política que era...

MIGUEZ: Elaborada pelo Ministério...

GIL: A locomotiva era o Ministério da Cultura.

GIULIANA: E como foi durante as reuniões de elaboração e aprovação da Convenção, a eleição do Brasil para fazer parte do Comitê de Redação? Além dessa participação da delegação como articuladora, como negociadora junto aos países africanos e nos países latino-americanos, como foi com a UNESCO exatamente?

GIL: Na questão interna, muito efetiva, porque nós tínhamos lá ao nosso lado, o representante do Itamaraty...

MIGUEZ: A Missão Diplomática no Brasil junto a UNESCO, que era dirigida pelo embaixador Dayrell de Lima.

GIL: Pelo embaixador Dayrell de Lima, tínhamos o vice, número dois da UNESCO [Márcio Barbosa, diplomata brasileiro e Diretor-Geral Adjunto da UNESCO], que era também brasileiro, e tínhamos, como eu disse, um conjunto de funcionários totalmente afinados com a visão brasileira...

MIGUEZ: Na Secretaria [de Políticas Culturais do MinC] tinha Isaura [Botelho] e Marcos [Alves de Souza] que eram os caras que escreviam, que colocaram no papel...

GIL: Que colocaram no papel e que negociaram politicamente nas sessões, nas reuniões, na constituição efetiva de quem senta em tal cadeira, quem assume tal posto e etc., etc. Nessa negociação estiveram lá e fizeram, enfim... É, foi política.

GIULIANA: E qual é a relevância, a importância desse tratado internacional para os países em desenvolvimento e, principalmente, para a UNESCO?

GIL: Eu acho que tem a mesma importância que o tratado da biodiversidade, quer dizer, trata-se disso, trata-se da questão das culturas, suas particularidades, suas especificidades, suas autonomias, enfim, sua capacidade de contribuir para o deslocamento do todo cultural, universal, do desembocar da cultura universal nas novas fases do pós-humanismo, do pós-moderno, do pós-humano. Quer dizer, o homem tem que estar no pós-humano. Então, a questão cultural é fundamental e a questão da diversidade é fundamental, assim como é para o meio ambiente a questão da biodiversidade. A questão das espécies, enfim, da riqueza, das possibilidades de janelas permanentemente abertas em maior número possível do conhecimento, do homem para dentro da natureza e vice-versa, da natureza para o homem. Na questão cultural é a mesma coisa, quer dizer, da própria natureza humana que ainda é... O animal homem é uma grande base ainda de exploração de conhecimento, uma fonte de conhecimento para o futuro, tanto quanto as outras; os pequenos insetozinhos, e as formiguinhas, e as plantas e etc. Então, a questão fundamental das línguas em risco de extinção, quer dizer, o número de línguas que desaparecem por ano é um número tão alarmante quanto as espécies biológicas que desaparecem. A adoção da Convenção tem ajudado a criação dessas entidades várias que vão cuidar de língua, de costumes, de uma série de coisas ligadas às identidades. Essa questão mesmo conceitual-filosófica da identidade em relação à diversidade também entrou em um nível de pauta muito mais alto, no mundo inteiro. Nós aqui no Ministério da Cultura criamos uma Secretaria chamada da Diversidade e da Identidade.

ALBINO: E foi inspirada nessa discussão?

GIL: Foi inspirada nessa discussão. Quando nós chegamos ao Ministério, com a necessidade de nos livrarmos da área de sombras entre Secretarias e Fundações, e isso e aquilo e aquilo outro, chega também essa discussão sobre a diversidade cultural e o início da atuação efetiva do Ministério no plano internacional. E aí, quando fomos criar as novas secretarias, recriar o sistema da Secretaria do Ministério, nós resolvemos criar uma chamada da Diversidade, da Identidade Cultural, exatamente em função da emergência desse novo patamar da visão sobre semiodiversidade, diversidade cultural.

GIULIANA: Isso não vai um pouco além da Convenção? Porque lendo o texto mesmo e sabendo um pouco do histórico que surgiu exatamente desse embate em torno do comércio dos produtos culturais, surgiu na OMC esse discurso da pluralidade, da diversidade das línguas. Ele não é tão presente na Convenção como é, por exemplo, na Declaração...

GIL: Mas uma coisa fundamental para que houvesse acumulação política suficiente, força política suficiente, apoio de vários países, especialmente massivo da África, da América e da Ásia. Um dos fatores fundamentais foi a prática antecipada, o *mise en pratique (risos)* antecipado de alguns postulados, alguns primados da Convenção, que não estavam, como você mesmo observa, nem propriamente inscritos na Convenção. Canadá e Brasil foram fundamentais. Alguns programas, alguns conceitos de atuação do Estado, da prática de atuação do Estado foram fundamentais para animar a Convenção, a entender do que é que se tratava. Antecipar as questões das indústrias criativas que a UNCTAD tinha se antecipado, inclusive, à própria UNESCO...

MIGUEZ: Com resistência da própria UNESCO.

GIL: A UNESCO resistiu a admitir, a reconhecer, a existência de indústrias criativas, de práticas criativas, de sistemas criativos, industriais ou pré-industriais, ou semi-industriais, ou artesanais ainda e etc., etc., no mundo que dessem margem à institucionalização dessa questão da indústria criativa, com um dos elementos fomentadores, fortalecedores da diversidade cultural. Então, essas práticas todas, não só as práticas nas sociedades, como as práticas pedagógicas, essa reconceituação a partir da UNCTAD, a criação do Ministério das Indústrias Criativas na Inglaterra, no Canadá, foram práticas que foram na direção da sustentação de um conceito novo de diversidade cultural que precisava de força política para se constituir numa constituição como é a Convenção.

GIULIANA: Além da Secretaria, você indicaria algum projeto do Ministério que reflete a Convenção, que é resultado de todo esse debate que vem desde 2003 até agora?

GIL: É difícil dizer porque como esclarecemos na pergunta anterior, nós nos antecipamos muito à própria Convenção, quer dizer, nos Pontos de Cultura, as políticas com o Mercosul, a extensão das políticas culturais com o Mercosul, os novos acordos para a área do cinema, na questão da produção, difusão, e promoção do cinema brasileiro e de vários outros sul-americanos e tal. Eram programas que se antecipavam, pelo menos eram contemporâneos à aprovação da Convenção. Então, falar dos programas que tenham sido criados *a posteriori* a partir da Convenção... Brasil, Canadá, alguns programas na Espanha, alguma coisa na Inglaterra e etc., já eram práticas de postulados que a Convenção veio a consagrar depois. Eu prefiro ver assim. Eu não sei hoje, porque eu não estou mais lá no Ministério. Tem desdobramentos que estão acontecendo...

MIGUEZ: E fazia parte da agenda permanente do Ministério. Não havia uma viagem sua, qualquer que fosse a razão, em que a questão da diversidade não estivesse presente, ou provocando a viagem ou acompanhando a viagem...

GIL: Nada, nas mesas com os ministros, nas mesas com os presidentes...

MIGUEZ - Enfim, dedicou-se uma atenção...

GIL: Muito grande. Por isso, porque é uma série de experiências, não é? Uma série de bases experimentais já estavam sendo criadas no Ministério, enfim, vários dos programas do Ministério eram mesmo... os programas da Palmares para a área de quilombos, os programas na área indígena, a capoeira, enfim, vários dos programas, os Pontos de cultura. Todos esses programas tinham...

MIGUEZ: E dentro do governo, a tentativa de acionar junto aos outros Ministérios uma compreensão que derivasse da diversidade...

GIL: Ah, sim...

MIGUEZ: Algo que não era exatamente muito fácil, pois se negociava com indústria, comércio, Ministério da Justiça, a coisa da pirataria, tudo que envolvesse isso tinha, para fora, mas para dentro do governo também... O ministro fez isso com muita força.

GIL: E toda atuação do Ministério era permeada por essa visão pluralista.

ALBINO: Teve alguma tensão, defendendo a diversidade, do Ministério Cultura e Relações Exteriores com algum outro Ministério?

GIL: Não...

ALBINO: Que pensasse de outra maneira?

GIL: Não, não, não, não... Que eu me lembre assim, não. Não, porque nesse sentido é que o Itamaraty teve um papel importante. Ele disseminava a posição do governo, distribuía os *releases*, claramente, enfim. O Ministério da Cultura e o Ministério das Relações Exteriores saíam com uma posição muito estudada, muito fundamentada, muito bem articulada. E a Casa Civil entendia aquilo muito facilmente, o Congresso entendia...

MIGUEZ: E aqui não demorou muito, se você comparar com outros instrumentos internacionais para que fosse sancionado internamente.

GIL: Não. Foi curtíssimo prazo, foi ratificada...

GIULIANA: A Casa Civil participou também?

GIL: Participou, a Casa Civil mandou, pediu a ratificação ao Congresso, mandou o projeto...

ALBINO: Gil, tem alguns autores que dizem que a Declaração, em relação à Convenção, é muito mais vigorosa, muito mais aguda em colocar alguns pontos...

GIL: É bem provável...

ALBINO: ... e que na Convenção você já tem certa conciliação. Você concorda com essa visão?

GIL: Acho que é plausível...

ALBINO: Depois, isso tem a ver com alguma negociação...

GIL: ... nesse trabalho de constituição de uma nova mentalidade, com propostas muito mais enfáticas, muito claramente na quebra do paradigma anterior, para que houvesse um paradigma novo. Depois foi uma costura política para criar um arcabouço internacional que já abriga níveis diferenciados. São ênfases bem variadas, desde esses primeiros que fizeram a Declaração, que queriam, enfim, uma semiodiversidade muito..., um grau de preservação das culturas muito claro, um grau de defesa das identidades nacionais muito nítido e tal, até uma outra Convenção que é negociada no plano da globalização.

MIGUEZ: Por exemplo, uma questão que você deve lembrar e que foi difícil de negociar: não permitir nenhuma nova, nenhum novo constrangimento do ponto de vista do direito autoral e da propriedade intelectual. A Convenção não vai aceitar nenhuma imposição nessa área.

GIL: A OMC queria...

MIGUEZ: ... Havia uma intenção muito forte de querer impor mais legislação sobre isso...

GIL: Exatamente...

MIGUEZ: ... Essa foi uma questão que você teve que negociar para que isso fosse aceito...

GIL: É...

MIGUEZ: ... A negociação com o mundo árabe por causa das religiões, do islamismo. Ali foi um momento de tensão até...

GIL: É.

GIULIANA: Você falou no início da entrevista sobre a demanda da sociedade na construção da política. No caso da Convenção, como é que você avalia a participação da sociedade civil? Tem as coalizões que são internacionais...

GIL: Enfim, havia também já aqui grupos mobilizados. Enfim, em São Paulo, no Rio, Pernambuco, na Bahia, no Ceará, mobilizados em torno dessa compreensão da necessidade de tratar dessa questão cultural como territórios complexos, amplos, com manifestações variadas, com necessidades de áreas de reservas, áreas de preservação, áreas de conservação, tudo um pouco, como os protocolos do meio ambiente. Então já havia gente mobilizada. Mas, mobilizada assim, em termos de pequenos grupos de espertos, e coisas assim. A mídia, por exemplo, a imprensa, a observação jornalística, chegou depois, no bojo das grandes negociações com os deslocamentos, com as reuniões, a presença efetiva do Brasil, as falas, os discursos, as manifestações. Aí é que começou a reposta. No meio cultural também, entre os cineastas, entre os músicos, entre os artistas, quando surgiu a questão do direito autoral, a questão da propriedade

intelectual, aí é que a coisa começou. Nesse caso, claramente, o Estado se antecipou à sociedade, estava muito na frente.

NAOMAR: Esse paralelo que você traça começando com a biodiversidade, eu acho que a diversidade cultural tem um elemento que a diferencia. É que se pensamos que não só a diversidade, mas também a diversificação, o processo de diversificação, a biodiversidade está desacelerada, a biodiversificação está desacelerada, e a diversificação cultural está acelerando, cada vez mais se produzem coisas novas nesse âmbito, não é? E talvez...

GIL: Mas aí é a plasticidade dos meios. A fala tem uma plasticidade que nenhum processo tecnológico tem. Ela é tecnologia a mil km por hora. Então, as falas, os discursos, a produção do simbólico é de uma velocidade que você não pode, não tem meio ambiente nem processo tecnológico que possa se comparar...

NAOMAR: E os processo biológicos são de ciclos mais longos.

GIL: Muito mais.

ALBINO: E depois também na biodiversidade você preserva, e na diversidade cultural você estimula e promove, são verbos diferentes...

MIGUEZ: E no máximo você protege; preservar é complicado porque você fica imaginando que vai imobilizar. Então é dizer que ele cresça do jeito que ele tiver que crescer. A Convenção, inclusive, declara: promoção e proteção, não fala em preservação. Não temos que preservar nada em cultura... Tem que ser protegida e só.

GIL: Que nada... É espírito, é espiritualidade, enfim, é volatilidade o tempo todo... Você tem é que botar mais éter o tempo todo na história... Mas corresponde, no sentido dessa questão do acervo humano, quer dizer, o acervo cultural é um acervo tão importante quanto o acervo biológico, ou seja, o futuro vai ser feito de corpo e de alma, não vai ser só matéria ou só espírito.

GIULIANA: Caso a Convenção não tivesse sido aprovada, as políticas culturais nacionais estariam comprometidas a médio ou longo prazo?

GIL: Não, não porque, como a antecipação prática vinha se fazendo por parte de alguns Estados, de algumas instituições culturais no mundo, o Brasil entre elas, se a Convenção não tivesse sido aprovada, os Pontos de Culturas continuariam, os trabalhos da Fundação Palmares continuariam, a Secretaria de Identidade e Diversidade ia continuar atuando observando, apoiando o deslocamento natural do movimento gay, dos movimentos novos ligados a novos diretos e etc., etc. Teria continuado o deslocamento em direção à política de cultura mais popular, fortalecimento de protagonismos populares, de empreendedorismos populares, fortalecimentos de microssistemas de atuação nessa linha de respeito à diversidade e à pluralidade. É evidente que com uma Convenção na mão, dizendo olha aqui, temos uma Constituição aqui na mão, é uma arma do direito constitucional que temos na mão, temos uma Constituição, um estado de direito da diversidade, isso facilita!

NAOMAR: Você mencionou o papel de protagonista do Canadá e lembrou a Espanha. São países que precisam dessa Convenção e dessa bandeira para tentar manter a própria unidade política.

GIL: Sim.

NAOMAR: O Brasil tem uma situação que o diferencia nesse sentido. Por outro lado, são países, cada um no seu bloco econômico e político, muito bem articulados. O Brasil trouxe credibilidade fora desses grandes blocos a uma bandeira como essa.

GIL: É, por ser diferente, por trazer novidades em relação a isso, por ter possibilidades importantes de articular com uma faixa ainda muito pouco considerada, que é o mundo africano e América Latina, os dois são as duas últimas áreas vistas como ainda não propriamente inseridas no processo da grande produtividade etc. e etc. O Brasil é um país que está fazendo o deslocamento, é o BRIC, é a ponte... entre esses dois mundos, o primeiro mundo, o terceiro e o quarto. O Brasil saiu de um terceiro mundo para um segundo...

MIGUEZ: Um detalhe interessante: nessa coisa da diversidade...

GIL: ... até 20 anos atrás era terceiro mundo.

MIGUEZ: O Brasil põe na linha de fogo essas questões e não tem que escolher entre um e outro. O Canadá, por exemplo, lembra quando era para fazer a REDIC aqui? Que nós submetemos a pauta e eles disseram “não, propriedade intelectual a gente não vai discutir não, é só a diversidade”, porque aí eles têm outros alinhamentos, o Brasil está, como você disse, caindo fora dessa...

GIL: É, não tem as articulações constituídas daquela maneira que eles têm. A Espanha, então, essa rede colonial enorme.

NAOMAR: Se a Espanha não cultivar isso ela esfacela, porque a Espanha são vários países. Deixa eu mencionar uma coisa sobre o Brasil; mesmo no BRIC, o Brasil é o único país desse agrupamento que não representa a si próprio. Por exemplo, a Rússia não representa a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a Índia é sua própria cultura, a China mais ainda. O Brasil é isso que você falou, é a América Latina.

GIL: Porque o Brasil é novo mundo.

NAOMAR: Exatamente.

GIL: O Brasil é novo mundo, ele já nasceu plural, já nasceu diverso, plural...

MIGUEZ: É esquina.

GIL: É esquina. Ele não representa nenhum deslocamento de nenhuma civilização monolítica, de uma civilização como a Índia, como a China, como a Europa. Aqui, nesse sentido, nós somos, por menos que possa parecer, aliados dos Estados Unidos...

MIGUEZ: É verdade. Se eles não quiserem assumir, problema deles. *(risos)*

GIL: Não assumam, problema deles (*risos*), mas nós somos. Aqui é América, isso aqui é América, o Canadá também. O Canadá tem uma tendência a se ver mais europeu, um pouco forçado a se ver mais europeu, mas ele vem fazendo gestos... O Canadá tem presença muito forte na América Central hoje. Articula muito bem com a Jamaica, com aquelas ilhas todas, aqueles países todos da América Central. Ampliou fortemente a capacidade de articulação com o Brasil nos últimos anos, até também para mostrar aos Estados Unidos “que a gente alcança o México, alcança o Brasil”, passa por cima. Que eles ficam ali...

NAOMAR: E o Canadá francês é América Latina, é muito latino...

GIL: É, Quebec é muito, tem muito. Quebec é uma cidade toda enladeirada, eu cheguei lá e parecia que estava no Pelourinho.

NAOMAR: Montreal celebrou a vitória da seleção brasileira como se estivesse em casa. Eu estava lá nessa época, foi impressionante.

GIL: Eles se identificam cada vez mais, estão fortalecendo esse vínculo, buscando o fortalecimento desse vínculo com a latinidade, com a mediterraneidade, com uma coisa que nos Estados Unidos ficou; compraram dos franceses, tomaram a Califórnia dos mexicanos e compraram a Louisiana dos franceses.

ALBINO: Gil, deixa eu colocar um assunto difícil, a questão da Ancinave. Como é que você viu aquele episódio dentro da Ancinave e que importância aquilo tinha?

GIL: A Ancinave tinha uma importância muito grande, tem uma importância muito grande, cresce a importância da existência de uma agência que regule não só o cinema, mas a televisão e tudo que vai desembocar de novo em alguma coisa que ainda não podemos denominar, que vai depois do cinema, vai ser depois da televisão, vai ser nas convergências dessas coisas todas com a internet, com o computador, com o *cyber* espaço, enfim, essa necessidade é crescente. O que havia, o que é que acontecia ali naquele momento? Primeiro, a capacidade de resistência ainda muito maior por parte das forças do anacronismo, das forças do modelo anterior, do modelo que está indo para sua extinção; segundo, uma inabilidade nossa, no sentido que devíamos ter sido mais cautelosos, talvez estivéssemos guardados para maturar politicamente, costurar...

MIGUEZ: Éramos muitos juvenis, o aparelho...

GIL: O aparelho era muito jovem, enfim, não tinha... Nossa capacidade de conquistar apoios, de convencer do valor estratégico daquele salto, que nos fortalecesse, que nos desse capacidade de composição com parceiros suficientemente fortes ou que ao nosso lado nos faria suficientemente fortes para nos opor aos interesses conservadores, se nós tivéssemos tido essa habilidade, talvez estivéssemos falando em Ancinave agora, como fizemos com a Lei Rouanet, esperamos amadurecer e tal. Mas, de todo modo, foi um gesto importante que eu associo a uma similaridade com uma desobediência civil. É como se o Ministério da Cultura tivesse feito ali um ato de desobediência civil.

ALBINO: Dentro do próprio Governo.

GIL: Dentro do próprio Governo. O gesto foi para dizer, para sacudir mesmo, para dizer: olha, ...

MIGUEZ: ... não adianta.

GIL: ... não adianta.

ALBINO: E qual é a relação desse episódio com a TV pública?

GIL: Acho que foi importante para qualificar, logo em seguida, dois anos depois, o trabalho que o Ministério fez de convocação nacional em torno de uma televisão pública. Aí já com a errata, digamos assim, de posse da errata do episódio da Ancinave, fomos para praça, fomos para a rua com a questão da TV pública, propusemos uma grande discussão nacional, com todos os atores importantes da TV pública, de modo a qualificar uma proposta para o Governo. Quando a proposta foi levada para o Governo, ela já estava legitimada, já havia consenso, que dava fortalecimento ao projeto diante dos convencionais adversários, que eram basicamente os mesmo da ...

ALBINO: E a saída de algumas pessoas-chave da TV Pública, pessoas que eram identificadas com o Ministério da Cultura? Prejudicam esses projetos?

GIL: Aí eu não tenho capacidade nenhuma de fazer essas avaliações, porque não sei. Primeiro porque não acho que ... , aliás, eu insisti, pessoalmente dentro do Ministério, no sentido que o Ministério não fizesse da TV pública um projeto seu.

MIGUEZ: É espelhado na Ancinave.

GIL: Eu fiz insistentemente essa ponderação junto a todos que articularam, todos que operavam a TV pública. O Governo reconheceu o papel do Ministério da Cultura e deu ao Ministério da Cultura um protagonismo na institucionalização da TV pública. Deu cargo, deu postos, deu liderança política e etc., etc. no processo e o Ministério da Cultura aceitou, muito bem, tudo bem. Estamos aqui, temos quadros, temos gente, temos capacidade de fornecer essa *expertise* que o projeto está precisando. Fomos lá, três ou quatro pessoas do Ministério da Cultura foram para lá, para as estruturas. E aí, agora, o Governo que veja o que quer fazer daquilo ali. Já no final da minha gestão, quando os primeiros sintomas de crise apareciam na relação entre o todo da direção da TV pública e a parte Ministério da Cultura, quando isso apareceu, eu fui lá e disse claramente a Hélio [Costa, ministro das Comunicações], eu disse a Franklin Martins [ministro da Comunicação Social]: “Olha, o que diz respeito ao Ministério da Cultura, o que diz respeito ao ministro falar em nome do Ministério da Cultura, não se preocupe. Não existe Ministério da Cultura na direção da TV pública. Não é assim que o ministro vê, não é assim que o Ministério vê, portanto fique à vontade, não tenha nenhum constrangimento, remova as peças, faça como você achar necessário fazer. Nosso papel foi dizer: há uma TV pública que precisa se fazer, há um conjunto de agentes nacionais interessados nessa confecção, há uma urgência, há uma demanda do tempo, da atualidade, das necessidades do mundo contemporâneo, que se faça uma televisão pública de qualidade no Brasil. O Ministério da Cultura vai contribuir quando for chamado. Nós nos antecipamos no sentido de fazer o chamamento para a consciência dessa necessidade de uma TV pública. Isso fizemos e acabou, nosso papel foi esse.

Gestão, deslocamentos da TV pública em seguida e etc. e etc., gostaríamos muito de participar, o Ministério da Cultura precisa participar. É óbvio que precisa participar, qualquer colegiado encarregado de gerenciar essa televisão no Brasil há de compreender que o Ministério da Cultura não pode deixar de ter voz, papel, assento, enfim, contribuições para as decisões. Agora cargos, isso e aquilo, postos e não sei o que e *bá bá bá*, eu espero que o Ministério continue a não se meter nisso.

ALBINO: E programas como “Doc TV”, “Revelando o Brasil”...

GIL: Aí sim, aí era uma Secretária do Ministério com a sua capacidade propositiva, conceitual e gerencial de fazer. E fez programas interessantíssimos, que inclusive nos qualificaram postular uma visão nova de televisão pública nova no Brasil. Foram programas muito interessantes, muito bem recebidos pela sociedade, que legitimaram a existência de uma Secretária no Ministério, que demonstraram que há um espaço de atuação nacional para políticas de audiovisual no País ligando o cinema à televisão, aos novos meios. Nós tivemos lá um embrião de projeto de estímulo, de fomento ao vídeo e ao videogame, que precisa continuar. Eu não estou vendo o avanço necessário da indústria do videogame no Brasil e precisa haver estímulos do Estado para isso. O Ministério precisa retornar a ênfase que nós colocamos naquele primeiro momento, porque a indústria do videogame, daqui a pouco já está ...

MIGUEZ: Já bateu a do cinema.

GIL: Já bateu a do cinema. Então pronto.

MIGUEZ: Singapura e Coréia e ...

GIL: Já bateu a do cinema, então acabou, já foi. Já não preciso fazer discurso.

ALBINO: E o Sistema Nacional de Cultura? É uma coisa também que nos interessava discutir um pouco. Por que andou e depois parou?

GIL: Porque andou... Uma coisa anda sempre em alguma direção, quando pode andar em várias direções. Escolheu-se, naquele momento, aí é um dado idiossincrático do local, daquela área de gestão e etc., etc. e etc., escolheu-se fazer um movimento de articulação em torno de um plano que eu achei bom; eu propriamente estimulei, por que eu acho que é um trabalho, que ainda que desprovido de um elemento fundamental que seria um *brain storm*, uma reflexão mais aprofundada a ser realizada anteriormente, de posse da qual você já fosse para articulação com algo prático a propor, ainda assim eu acho que partimos para uma articulação política isoladamente, e que foi boa, num certo sentido, porque contamos também com a sorte, digamos assim, de que a proposta do Plano Nacional de Cultura estava vindo logo em seguida, o que dava, digamos assim, substância a uma mobilização política em torno de um sistema. Mas na verdade quem vai dar substância ao Sistema Nacional é o Plano, na medida em que tivermos, e precisaremos ter, uma ampla mobilização em torno de um Plano Nacional de Cultura, aí estaremos criando um Sistema Nacional, estaremos montando as peças do Sistema Nacional. Quais são as atribuições? O que fazem as secretarias? Quais são os papéis dos governos estaduais? Que programas são comuns, se são programas compartilhados entre a instância federal, as instâncias estaduais e as instâncias municipais? Quer dizer, quais

são os programas em que a função federal é um mero repasse de recursos, para as autonomias estaduais e municipais fazerem os programas? Por outro lado, na questão de substância, de conteúdos, como é que os programas estaduais e locais, municipais, podem se articular com Pontos de Cultura, com coisas desse tipo, com programas nacionais já propostos pelos Ministérios, ou seja, onde as parcerias são meramente institucionais, onde elas são operacionais, onde elas são políticas, onde elas são, enfim, interfaces reais, onde são interfaces simbólicas, enfim, tudo isso é o Plano e o Sistema, são coisas que vão ser criadas juntas. Mas a discussão política, o envolvimento do Congresso, o envolvimento das secretarias de governo, estaduais e municipais, foi uma coisa muito boa, interessante de ter sido feita.

ALBINO: Eu concordo com você. Mas se são tão coladas uma coisa na outra, ainda que tenham tido caminhos um pouco diferentes, porque ficaram em duas secretarias distintas, o Sistema dentro da Secretaria de Articulação e o Plano dentro da Secretaria de Políticas Culturais?

GIL: Ah, não tenho resposta não, não tenho resposta. Acho que talvez responda um pouco por isso aquilo que eu falei no início, que eu falei de idiossincrasias, enfim, de territorialidades, de personalidade, de gestores, de atendimento a... Enfim, pode ter sido um erro mesmo, inadvertido, provocado pela necessidade de contemplar aspectos idiossincráticos, ou por não saber, propriamente. Por ser tudo muito novo, está sendo tudo numa base ainda experimental e acabou-se fazendo isso. Muitas coisas que estavam, que foram distribuídas de certa forma mais aleatória, ou em função de critérios desse tipo que eu citei antes, podem acabar migrando para suas localizações mais... Ao mesmo tempo eu acho o seguinte: da mesma maneira que a ciência, a neurociência estão descobrindo que o cérebro não tem localidades... Você se lembra? Miguez é testemunha de eu dizendo “Olha, mais importante do que planejar, do que gerir com plano é gerir com fluxo”, eu insistia nisso fortemente, foi uma das noções que eu procurei incutir insistentemente no Ministério. Eu acho que no fundo, no fundo é irrelevante a questão, se o Plano está localizado numa Secretaria. Talvez esteja exatamente para isso, para amenizar, para aliviar a carga de trabalho de uma e de outra. Uma Secretaria só com duas coisas, duas Secretarias com as duas coisas, na verdade é uma coisa só. As capacidades gestoras, as mentalidades gestoras... Tem que compreender isso, não há localidades. Uma coisa pode estar aqui no âmbito do IPHAN, mas na verdade aquilo está sendo trabalhado para a SAV [Secretaria do Audiovisual], para a Secretaria de cinema. O IPHAN está encarregado de fomentar, de estimular a revitalização do centro histórico de Santo Amaro [município baiano] que, ao mesmo tempo, tem potencial para se tornar um eixo cultural da cidade. Do mesmo modo que na implantação da Universidade em Cachoeira, Universidade [Federal] do Recôncavo [da Bahia], em Cachoeira, está sendo feita a restauração do imóvel, é iniciativa nossa, é do IPHAN e etc., etc. e etc., mas o produto final é na educação e na cultura. Então é a mesma coisa que dizer... porque a restauração do centro não ficou sobre a gestão da Universidade do Recôncavo, ou não, enfim. São questões sim, mas eu acho que estamos em vias de superação desse problema.

MIGUEZ: Você, pelo que eu conheço, não é uma pessoa que fica chorando o leite derramado, aquilo que não fez e tal. Mas dos seis anos do governo, coisas que você não

pôde fazer e que você gostaria, o que é que você diria? Tem alguma coisa? Ou não tem nenhuma?

GIL: Eu acho que merecíamos ter tido um orçamento (*risos*) melhor.